



Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

Ações e Implicações para a (Ex) Inclusão 2

 **Atena**
Editora

Ano 2020

The background of the cover is a close-up photograph of a wooden surface with a vertical grain. A thick, braided rope, composed of light and dark grey strands, runs vertically down the center of the image. The rope is intricately woven, creating a complex pattern of light and dark bands. The lighting is soft, highlighting the texture of the wood and the rope. A dark grey curved shape is positioned in the upper left, containing the author's name. Another dark grey curved shape is in the lower right, containing the title and publisher information.

Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

Ações e Implicações para a (Ex) Inclusão 2

 **Atena**
Editora

Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Geraldo Alves

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano

Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Msc. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Msc. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Msc. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
 Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
 Prof. Msc. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
 Prof. Msc. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
 Prof^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
 Prof. Msc. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
 Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof^a Msc. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Prof^a Msc. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Prof^a Dr^a Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Msc. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Msc. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá
 Prof. Msc. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Prof^a Msc. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

A185 Ações e implicação para a (ex) inclusão 2 [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: Word Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-86002-17-1

DOI 10.22533/at.ed.171200403

1. Brasil – Política social. 2. Cidadania – Brasil. 3. Exclusão social – Brasil. 4. Pobres – Estudo de casos. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza.

CDD 305.560981

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O que significa “educar”? Para muitos autores no campo da Educação sua forma e aplicação é de diferentes maneiras, na compreensão dos diversos processos que envolvem a aprendizagem, o ensino, a transmissão, a socialização. Sabemos que a educação não se dá apenas na escola – instituição que segue um certo tipo de comunicação e de relação com a autoridade (escolar) preocupada com as possibilidades de progressão linear de estudantes (de uma classe para outra). Passar por novas experiências na forma de aprender-e-ensinar, experiências pluridirecionais de transmissão, não apenas naquela tradicional de professor-aluno, sendo o aluno um receptáculo, a incorporação de outros saberes ao currículo, dinâmicas contemporâneas de processos educativos são alguns temas que têm mobilizado pesquisas no campo da Educação. Este e-book “Ações e Implicação para a (Ex) Inclusão 2”, dedicado ao tema “Educação e questões de como se organiza em torno de reflexões acerca do fazer científico e da relação entre dois campos Exclusão e Inclusão. Os artigos aqui reunidos fazem pensar sobre o lugar que assume o método e os pressupostos epistemológicos na produção das questões que envolvem objetos que tocam aos dois campos tanto na perspectiva da interação/aproximação, quanto na perspectiva das fronteiras teórico-conceituais. Discutem, em diferentes perspectivas, como a (Ex) Inclusão e a suas diferentes abordagens constituem importantes aportes teóricos e metodológicos para a produção de conhecimento fundado na transformação de formas de investigação e de outras possibilidades de enunciação. As experiências de campo, pesquisas originais desenvolvidas em diferentes contextos sobre processos educativos/culturais diversos, nos convida a refletir sobre o que o conhecimento “aproximado” da realidade pode nos revelar sobre o Outro e sobre Nós mesmos.

Desejo a todos uma boa leitura e que os artigos aqui reunidos sejam fonte de inspiração para reflexões sobre o lugar do pesquisador e da pesquisa na produção em Ações e Implicação para a (Ex)Inclusão 2.

Solange Aparecida de Souza Monteiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A IMPORTÂNCIA DO MEDIADOR ESCOLAR PARA POTENCIALIZAR O PROCESSO DE BRINCAR DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA VISUAL	
Fabiane Araujo Chaves Thacio Azevedo Ladeira	
DOI 10.22533/at.ed.1712004031	
CAPÍTULO 2	11
A INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NO ENSINO FUNDAMENTAL	
Edivaldo Lubavem Pereira Eduardo Gonzaga Bett	
DOI 10.22533/at.ed.1712004032	
CAPÍTULO 3	24
A REFLEXÃO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL	
Ivan de Oliveira Silva Silvia Carbone Denise de Almeida Robson Paz Vieira Franklin Portela Correia	
DOI 10.22533/at.ed.1712004033	
CAPÍTULO 4	32
A INCLUSÃO ESCOLAR E O USO DO NOME SOCIAL POR ALUNOS TRAVESTIS E TRANSEXUAIS MENORES DE IDADE	
Cilene Angelica Peres	
DOI 10.22533/at.ed.1712004034	
CAPÍTULO 5	53
ALUNOS COM AUTISMO O RECONHECIMENTO DE SUAS IDENTIDADES NA CONCEPÇÃO DO DESENHO UNIVERSAL PARA APRENDIZAGEM	
Marco Antonio Serra Viegas	
DOI 10.22533/at.ed.1712004035	
CAPÍTULO 6	65
AS CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL PARA O PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR	
Sonia Ribeiro de Lima Solange de Castro Elisabeth Rossetto	
DOI 10.22533/at.ed.1712004036	
CAPÍTULO 7	74
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO COM UM ALUNO AUTISTA: UM ESTUDO DE CASO	
Silvia Raquel Schreiber Boniati Idorlene da Silva Hoepers	

CAPÍTULO 8 87

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NO ENSINO MÉDIO E SUPERIOR: VIVENCIANDO DESAFIOS E POSSIBILIDADES NA REDE DE ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO

Judith Mara de Souza Almeida

Luana Tillmann

DOI 10.22533/at.ed.1712004038

CAPÍTULO 9 95

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO OFERTADO AOS ALUNOS SURDOS EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO DE SANTARÉM

Patrícia Siqueira dos Santos

Eleny Brandão Cavalcante

DOI 10.22533/at.ed.1712004039

CAPÍTULO 10 108

ATUAÇÃO DA GESTÃO ESCOLAR NA INCLUSÃO SOCIAL NO ENSINO FUNDAMENTAL

Edivaldo Lubavem Pereira

Eduardo Gonzaga Bett

Piery Teza

Tatiani Fernandes Teixeira

DOI 10.22533/at.ed.17120040310

CAPÍTULO 11 119

ATENDIMENTO PEDAGÓGICO DOMICILIAR: UM PROCESSO DE INCLUSÃO

Silvia Cristina Pereira dos Santos

Renata Souza Vogas

Cintia Soares Romeu

Geilsa Soraia Cavalcanti Valente

DOI 10.22533/at.ed.17120040311

CAPÍTULO 12 132

AVALIAÇÃO E IMPLICAÇÕES PSICOMOTORAS EM ESTUDANTES COM ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO

Maria Beatriz Campos de Lara Barbosa Marins Peixoto

Jair Lopes Junior

Vera Lucia Messias Fialho Capellini

DOI 10.22533/at.ed.17120040312

CAPÍTULO 13 140

CONCEPÇÕES DE GESTORES SOBRE A INFRAESTRUTURA PARA O ATENDIMENTO DO ALUNO PAEE

Camila Elidia Messias dos Santos

Vera Lucia Messias Fialho Capellini

Kátia de Abreu Fonseca

DOI 10.22533/at.ed.17120040313

CAPÍTULO 14 149

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E INCLUSÃO SOCIAL: ATIVIDADES LÚDICAS APLICADAS AO DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

Jôsi Mylena de Brito Santos
Larissa Gonçalves Moraes
João Carlos dos Santos Duarte
Natália Cristina de Almeida Azevedo
Erika da Silva Chagas
Vânia Silva de Melo

DOI 10.22533/at.ed.17120040314

CAPÍTULO 15 160

ENTRE ATOS E FATOS: DA DISCRIMINAÇÃO ÉTNICO-RACIAL A CONSCIENTIZAÇÃO HUMANÍSTICA EM UM CAMPUS UNIVERSITÁRIO

Isadora Polvani Barbosa
Lucy Verônica Mendes Garcia David
Marcio Roberto Ghizzo

DOI 10.22533/at.ed.17120040315

CAPÍTULO 16 169

ESTÁGIO EM PSICOLOGIA ESCOLAR CRÍTICA NUMA ESCOLA DO CAMPO: APRENDIZADOS E DESENVOLVIMENTOS MÚTUOS

Caroline Boaventura Czelusniak
Roger Alloir Alberti
José Alexandre de Lucca

DOI 10.22533/at.ed.17120040316

CAPÍTULO 17 178

DO PIQUE PEGA ÀS GARGALHADAS: APRENDENDO COM AS DIFERENÇAS

Lívia Mello Lopes de Almeida

DOI 10.22533/at.ed.17120040317

CAPÍTULO 18 189

INCLUSÃO E PERTENCIMENTO: APROPRIAÇÕES DE HISTÓRIAS EM UM AMBIENTE DE ESCOLARIZAÇÃO

Caroline Boaventura Czelusniak
Roger Alloir Alberti
José Alexandre de Lucca

DOI 10.22533/at.ed.17120040318

CAPÍTULO 19 201

POSSIBILIDADE RUMO À INSTITUCIONALIZAÇÃO DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NO IFRS: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Cláudia Terra do Nascimento Paz
Cláudia Medianeira Alves Ziegler

DOI 10.22533/at.ed.17120040319

CAPÍTULO 20 211

PARATY: POR UMA EDUCAÇÃO DECOLONIAL

Waleska Souto Maia

Mariana Roque Lins da Silva
Erica Silvani Souza
Isabel Rodrigues Monteiro

DOI 10.22533/at.ed.17120040320

CAPÍTULO 21 220

TECNOLOGIAS ASSISTIVAS NA ESCOLARIZAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
EM COMUNIDADES QUILOMBOLA E PESQUEIRA

Mequias Pereira de Oliveira
Odinilton Pacheco de Deus
Raquel Amorim dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.17120040321

CAPÍTULO 22 234

CONCEPÇÕES DE PAIS COM FILHOS COM DEFICIÊNCIA: UM ESTUDO
EXPLORATÓRIO SOBRE O ENTENDIMENTO DOS PAIS ACERCA DAS
DEFICIÊNCIAS NA CIDADE DE BELÉM (PA)

Marcelo Marques de Araujo
Elizabeth Cardoso Gerhardt Manfredo
Isabel Lopes Valente

DOI 10.22533/at.ed.17120040322

CAPÍTULO 23 248

AMARRAS E ARMADILHAS DO CURTA DE ANIMAÇÃO *CUERDAS*

Lidnei Ventura
Simone De Mamann Ferreira
Klalter Bez Fontana

DOI 10.22533/at.ed.17120040323

CAPÍTULO 24 258

POLÍTICAS LINGUÍSTICAS E INCLUSÃO DE SURDOS NA UNIVERSIDADE A
PARTIR DO EVENTO ARTES & LIBRAS EM CICLO

Natália Schleder Rigo
Bianca de Oliveira
Érica Caléfi

DOI 10.22533/at.ed.17120040324

CAPÍTULO 25 276

EDUCAÇÃO SEXUAL: AÇÕES E IMPLICAÇÕES PARA A (EX)INCLUSÃO DA
SEXUALIDADE, DO CORPO E DO GÊNERO E DE SUAS EXPRESSÕES

Solange Aparecida de Souza Monteiro
Paulo Rennes Marçal Ribeiro
Melissa Camilo
Débora Cristina Machado Cornélio
Valquiria Nicola Bandeira
Carlos Simão Coury Corrêa
Andreza De Souza Fernandes
Marilurdes Cruz Borges
Monica Soares
Fernando Sabchuk Moreira

DOI 10.22533/at.ed.17120040325

SOBRE A ORGANIZADORA.....	300
ÍNDICE REMISSIVO	301

A INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NO ENSINO FUNDAMENTAL

Data de aceite: 20/02/2020

Edivaldo Lubavem Pereira

Universidade Estadual de Santa Catarina –
UDESC

Orleans – Santa Catarina

<http://lattes.cnpq.br/7017460860698851>

Eduardo Gonzaga Bett

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Orleans – Santa Catarina

<http://lattes.cnpq.br/0747382877985227>

RESUMO: Vivenciamos um momento em que mundialmente se fala na inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais, na rede regular de ensino. A legislação é explícita, quanto à obrigatoriedade em acolher e matricular todos os alunos, independentemente de suas necessidades ou diferenças. Entretanto, não é suficiente apenas esse acolhimento, mas que o aluno com necessidades educacionais especiais tenha condições efetivas de aprendizagem e desenvolvimento de suas potencialidades. Sendo assim, buscou-se no presente estudo discutir sobre o processo de inclusão enfocando quatro momentos: primeiro um breve percurso histórico mostrando os diferentes tipos de inclusão; em seguida, uma breve reflexão sobre a terminologia “necessidades educacionais

especiais”; focamos, também, a função da escola e o papel do professor no processo de inclusão. Amparando-se nos pressupostos da concepção histórico-crítica, focamos a importância da relação entre professor/aluno para o sucesso na aprendizagem, propondo dessa forma, algumas sugestões sobre “possíveis ações na prática do dia-a-dia”, aos professores do ensino regular que atuam nas escolas de Ensino Fundamental e Médio que no decorrer do ano letivo se deparam com alunos com necessidade especiais.

PALAVRAS-CHAVE: Aprendizagem; Necessidades; Inclusão.

SCHOOL INCLUSION OF STUDENTS WITH INTELLECTUAL DISABILITIES IN ELEMENTARY SCHOOL

ABSTRACT: We are experiencing a moment in which worldwide the inclusion of students with special educational needs in the regular school system is mentioned. The legislation is explicit as to the obligation to host and enroll all students, regardless of their needs or differences. However, this reception is not enough, but the student with special educational needs has effective conditions of learning and development of their potentialities. Thus, the present study sought to discuss the inclusion process focusing on four moments: first a brief

historical course showing the different types of inclusion; then a brief reflection on the terminology “special educational needs”; We also focus on the role of the school and the teacher’s role in the inclusion process. Based on the assumptions of the historical-critical conception, we focus on the importance of the teacher / student relationship for success in learning, thus proposing some suggestions about “possible actions in daily practice”, to the teaching teachers. regular students who work in elementary and high schools who during the school year come across students with special needs.

KEYWORD: Learning; Needs; Inclusion.

1 | INTRODUÇÃO

Sabemos que a legislação é explícita, quanto à obrigatoriedade em acolher e matricular todos os alunos, independentemente de suas necessidades ou diferenças. Por outro lado, é importante ressaltar que não é suficiente apenas esse acolhimento, mas que o aluno com necessidades educacionais especiais tenha condições efetivas de aprendizagem e desenvolvimento de suas potencialidades.

Desta forma, é necessário e urgente, que os sistemas de ensino se organizem para que além de assegurar essas matrículas, assegurem também a permanência de todos os alunos, sem perder de vista a intencionalidade pedagógica e a qualidade do ensino. Considerando que os fundamentos teórico-metodológicos da Educação Inclusiva, baseiam-se numa concepção de educação de qualidade para todos e no respeito à diversidade dos educandos é imprescindível uma participação mais qualificada dos educadores para o avanço desta importante reforma educacional.

Para o atendimento das necessidades educativas de todos os alunos, com ou sem deficiências. Infelizmente, o despreparo dos professores figura entre os obstáculos mais citados para a educação inclusiva. É um grande desafio, fazer com que a Inclusão ocorra, sem perdermos de vista que além das oportunidades, é preciso garantir o avanço na aprendizagem, bem como, no desenvolvimento integral do indivíduo com necessidades educacionais.

2 | PARTICIPAÇÃO E CONTRIBUIÇÃO NA SOCIEDADE

A inclusão hoje é um fator bastante presencial em nosso dia-dia, mas é possível compreender que para fazer a inclusão de verdade, é preciso garantir a aprendizagem de todos os alunos na escola regular, fortalecendo assim, um apoio perante professores e alunos com deficiências.

A Inclusão de alunos que apresentam, necessidades educacionais especiais vêm mobilizando a sociedade e toda comunidade escolar frente a este novo modelo de escola, onde todos os alunos devem estar incluídos nas salas de aulas, do ensino

regular. Esse movimento faz com que a escola reflita sobre princípios desse novo paradigma, que vai desde a convivência com esses alunos em um mesmo espaço até uma mudança na organização de todo o trabalho pedagógico da escola.

A educação inclusiva engloba aquela que não segrega os alunos com necessidades especiais dos outros estudantes, mas sem deixar de apoiá-los em suas especificidades, promovendo assim, o convívio de forma concreta perante todos dentro do ambiente escolar de forma a fortalecer o vínculo estudantil.

Todos possuem o direito de frequentar uma escola pública de qualidade, e dessa forma, é preciso que professores e todas as comunidades escolares sintam-se interagido de forma ampla diante deste contexto com a finalidade de expor ideias e alternativas estratégicas para se trabalhar no dia-dia a educação inclusiva.

Toda a vivência da educação inclusiva é benéfica e contribui para um melhor desenvolvimento das crianças e dos adolescentes. Esse é um processo que se amplia perante a participação de todos em busca do mesmo objetivo. Por isso, a inclusão pressupõe um ambiente escolar que se ajuste a todas as crianças, em vez de esperar que uma determinada criança com deficiências se ajuste a escola.

Portanto, para que a inclusão de alunos com necessidades especiais no sistema regular de ensino se efetive, possibilitando o resgate de sua cidadania e ampliando suas perspectivas existenciais, não basta a promulgação de leis que determinem a criação de cursos de capacitação básica de professores, nem a obrigatoriedade de matrícula nas escolas da rede pública. Estas são, sem dúvida, medidas essenciais, porém não suficientes.

A inclusão exige não só do professor, mas das escolas uma mudança no sentido de se desenvolver com o objetivo de proporcionar um ensino de elevado nível a todos os alunos e o máximo de acesso aos que têm necessidades educacionais especiais. Inclusão não significa, simplesmente, matricular os alunos com necessidades especiais na classe comum, ignorando suas necessidades específicas, mas significa dar ao professor e à escola o suporte necessário à sua ação pedagógica.

Em relação à educação inclusiva é primordial que a escola seja um ambiente de conquistas, amizades, fortalecimento de ideias e interações. Neste sentido, torna-se possível então, introduzir o aluno no mundo social, cultural e científico; e isto é direito incondicional de todo o ser humano, independente de padrões de normalidade estabelecidos pela sociedade ou pré-requisitos impostos pela escola.

Todo o ambiente escolar que abre as portas para um aluno portador de deficiências deve ser capaz de orientar o ensino e a formação, tendo em vista a cidadania contribuindo para uma clara noção de que a excelência humana é superior a excelência puramente acadêmica.

A educação inclusiva é educação para todos, uma vez que os alunos têm características, talentos e interesses únicos, cada qual com sua personalidade e

carisma. Mas não podemos esquecer que cada um deles possui, no entanto, uma trajetória de vida singular, com diferentes condições sociais, emocionais, físicas e intelectuais, que não é respeitada por escolas que usam métodos padronizados de ensino.

Nos ambientes educacionais inclusivos torna-se real o processo de respeitar as diferentes formas e ritmos de aprendizagem, acolhendo alunos com deficiência, e somente assim, será possível obter na escola, um potencial para assegurar a participação de todos e ao mesmo tempo compreender as especificidades de cada um.

2.1 A Inclusão no Ambiente Escolar

Hoje a inclusão está desenvolvendo-se dia após dia e na educação vem ganhando espaço priorizado de forma a contribuir com o processo educacional de todas as crianças, possibilitando o desenvolvimento tecnológico e pedagógico com a visão facilitadora do aprendizado no contexto escolar. A inclusão vem para facilitar o desenvolvimento da criança com o meio à qual ela encontra-se inserida. De acordo com Sasaki (1999):

Vivemos em um período onde a tecnologia e a informática faz parte do nosso cotidiano, e com isso, sabemos que no processo educacional os recursos tecnológicos ganham força e espaço cada vez mais, garantindo assim, um processo diferenciado de aprendizagem bem como significativo, onde é possível então, desenvolver estratégias de compreensão frente ao processo da inclusão. (SASSAKI, 1999, p.42).

A aceitação de um portador de deficiência tem que acontecer aceitando suas diferenças e suas limitações, para que isso ocorra é necessária trabalhar incansavelmente por essas conquistas, buscando sempre a dignidade e o respeito ao cidadão.

Hoje a Lei de Diretrizes e Bases da Educação garante o direito dessas crianças com atendimento preferencialmente na rede regular de ensino, com respeito e suas habilidades e individualidades, cabendo ao professor buscar esses caminhos que levem ao desenvolvimento do portador de necessidades especiais. (MANTOAN, 2003, p.08).

Diante disso, é essencial engajarmos por caminhos que possam trazer uma educação onde todos possam ser inseridos dentro do processo de aprendizagem participando ativamente como um sujeito ativo e que possa fazer a diferença no mundo a qual estamos inseridos, buscando a sua formação de forma crítica, autêntica e autônoma com vistas as transformações sociais. O processo de inclusão está além de aceitar as diferenças, ele tem início por parte daquele que está inicialmente mais próximo dos alunos ou crianças: o educador, independente da faixa etária em que

atua: educação infantil, ensino fundamental, etc.

Desta forma, a inclusão é algo em crescimento e presente em nossa sociedade, mas o despreparo, o medo e a insegurança de como trabalhar e de como possibilitar de forma precisa a obtenção de um resultado significativo perante a sociedade, gera uma série de polêmicas aos educadores. A inclusão, nada mais é que proporcionar o direito de participação e interação social de todos independentes de suas características e/ou limitações.

A inclusão não tem hoje o objetivo de ser assistencialista, embora assim fosse vista, nem tampouco, fazer com que todos os educandos se desenvolvam nas mesmas habilidades com o mesmo grau de raciocínio. Mas em propiciar aos mesmos a se desenvolver conforme a sua habilidade. Portanto para que seja aceita a inclusão como verdadeira é necessário reconhecer e aceitar o diferente, fazendo com que o mesmo passe a participar das práticas pedagógicas desenvolvidas em sala de aula.

A meta da inclusão escolar é transformar as escolas, de modo que se tornem espaços de formação e de ensino de qualidade para todos os alunos. A proposta inclusiva nas escolas é ampla e abrangente, atendo-se às peculiaridades de cada aluno. Como toda inovação, a inclusão implica em mudanças de paradigma, de conceitos e posições, que fogem às regras tradicionais do jogo educacional, ainda fortemente calcados na linearidade do pensamento, no primado do racional e da instrução, na transmissão dos conteúdos curriculares, na seriação dos níveis de ensino.

As escolas devem atender às necessidades sempre crescentes dos alunos em todas as áreas do seu desenvolvimento; elas devem ir além do seu enfoque tradicional, centrado unicamente na aprendizagem acadêmica básica (STAINBACK, 1999, p.91).

Em relação ao aluno portador de deficiência intelectual, acreditamos que a sua inserção na escola, realizada dentro desse paradigma da inclusão escolar, possa constituir uma experiência fundamental que venha a definir o sucesso ou fracasso de seu futuro processo de inclusão na sociedade.

Desse modo, todos os indivíduos, devem ter garantido seu direito de acesso e permanência na escola pública gratuita e de qualidade, possibilitando, assim, uma vida independente e uma postura crítica frente aos fatos ocorridos no cotidiano.

A escola, nessa perspectiva, passa a ser concebida como espaço de todos, principalmente, das pessoas historicamente discriminadas e excluídas, explícita ou implicitamente dos espaços escolares.

Torna-se visível a mudança de paradigma sobre a Educação Especial, considerada área transversal no sistema educacional, sendo a segregação substituída

pelo direito de frequentar o ensino regular, e, em contrapartida desenvolver e demonstrar seu potencial como qualquer outro aluno (MAGALHÃES, 2002).

A inclusão é possível quando todos que fazem parte do dia-a-dia na convivência com o aluno ajudando na construção da inclusão, para que a escola seja um lugar de aprendizado, havendo, portanto qualidade de vida. Os responsáveis pela mudança como educadores, pedagogos, psicólogos e legisladores devem estimulá-los dentro do programa de ajuda a inclusão, colocando a escola juntamente com a família, e a comunidade para garantir essa transformação.

Em nossos dias atuais sabemos que a inclusão faz parte do processo educacional e sua utilização na educação é muito valiosa, proporcionando assim, inúmeras vantagens em relação ao contexto educacional. A comunicação gera informação que veicula o conhecimento e abrange a sabedoria.

Através dos recursos existentes no processo educacional sabemos que o desenvolvimento do conhecimento perante os alunos é imenso, pois dá a eles a possibilidade de um aprendizado de forma diferente e interativa desenvolvendo assim ideias e habilidades (FELTRIN, 2004, p.110).

Sabemos que a inclusão escolar tem como objetivo principal mostrar que devemos sim acreditar que se acontecer verdadeiramente à inclusão, basta enxergar como seres humanos os portadores de necessidades especiais, como um cidadão que é inserido na sociedade que paga seus impostos, e que tem o direito e dever igualmente.

O objetivo da educação inclusiva visa ajudar a criança com necessidade especial a se adaptar com o sistema educacional e beneficiá-la com o que a escola tem para oferecer. Mais do que um fenômeno que acontece de fora para dentro da escola, a inclusão propõe uma sociedade inteira mobilizada, aprendendo a reviver com as diferenças e preparando-se para receber uma parcela da população acostumada à segregação e ao esquecimento, impostos por essa mesma sociedade, que deve agora se adaptar às novas condutas. De acordo com as ideias de Rosseto:

O campo da educação inclusiva envolve um processo de reforma e reestruturação da escola, tanto no espaço físico quanto nos funcionários e materiais utilizados no processo educacional. O motivo da tal reestruturação é garantir o acesso e a participação de todas as crianças em todas as possibilidades oferecidas pela escola impedindo o isolamento das mesmas, bem como garantir as oportunidades de esporte, lazer e conteúdo (ROSSETO, 2005, p.55).

A educação inclusiva é a proposta de colocar todos, sem discriminação, no espaço escolar e neste sentido a ideia de espaço faz pensar nas dimensões físicas, dependências administrativas entre outros aspectos. A comunidade é o mais amplo espaço, lugar em que se desenvolvem novas referências e valores, por isso é importante à participação da família e da comunidade na escola.

Contudo um dos principais espaços de convivência social é a escola e então ela tem papel primordial no desenvolvimento da consciência de cidadania e de direitos. A escola inclusiva é um espaço de construção de cidadania, além da família que é o primeiro espaço social no qual se constrói referências e valores.

A inclusão escolar é a capacidade de entender e reconhecer o outro e, assim, ter o privilégio, de aceitar e conviver com pessoas diferentes, compartilhando experiências que possibilitem seu desenvolvimento social e educacional (MANTOAN, 2008), nesse sentido, a finalidade da educação inclusiva é acolher a todos sem exceção, especialmente os estudantes que tem algum tipo de deficiência seja ela física ou mental, os superdotados, e os que são discriminados do convívio social.

A prática da educação inclusiva, de acordo com Meyrelles (2009) só será possível se houver mudanças estruturais na escola, que viabilizem as pessoas com necessidades educativas especiais, condições para que todos tenham acesso e permanência na escola de forma que sejam respeitados e trabalhando suas limitações.

A obrigatoriedade da matrícula dos alunos com necessidades educativas especiais em classe regular possibilitou o direito ao acesso à escola, que antes está, não se achava preparada para recebê-los, e com isso os gestores, técnicos, docentes e pais puderam perceber que precisavam avançar no tempo e gerar oportunidades para aqueles que estiveram ao longo do tempo excluído do convívio da escola regular.

É preciso que seja construído local apropriado para o aluno com deficiência intelectual, não somente a sala de aula, mas a escola como um todo e o ambiente social em que a instituição escolar está inserida. É importante que haja aceitação, receptividade e competência profissional por parte dos docentes e de todos que compõem a escola. É necessário um ambiente acolhedor, um lugar que propicie momentos agradáveis e que o aluno com possa sentir-se seguro e acolhido.

No entanto, a aprendizagem é social, sendo indispensável à relação da criança com o meio na relação ensino-aprendizagem, criando um forte vínculo entre o meio e o indivíduo, ganhando significação e satisfação às necessidades básicas da inclusão.

O meio social estabelece o primeiro contato da criança como elemento social e através dele a criança passa a ter uma presente relação e construção da sua identidade, atividades escolares que envolvem a relação com o meio social, proporcionam ao educando um maior sentido quanto ao envolvimento, pensamento e interação.

O trabalho inclusivo tem como meta a valorização do educando como ser livre e ativo perante o meio social. Para obter um processo de ensino-aprendizagem qualitativo, é necessária a busca de elementos significativos ricos em interesses, que possibilitem respostas educativas, de maneira a assegurar a oportunidade de

aprender convencionalmente em um ambiente rico de diversidades, objetivando, pedagogicamente, o desenvolvimento pessoal e social, afim que as metodologias e o processo de ensino-aprendizagem se tornem eficazes. (MANTOAN, 2003).

A escola inclusiva deve garantir a todos os alunos a qualidade no ensino respondendo a cada um de acordo com suas potencialidades, reconhecendo e respeitando a diversidade. A inclusão só é possível lá na escola se houver respeito à diferença e, conseqüentemente, a adoção de práticas pedagógicas que permitam às pessoas com deficiência aprender e ter reconhecidos e valorizados os conhecimentos que são capazes de produzir, segundo seu ritmo e na medida de suas possibilidades. Rosseto (2005, p. 41) reafirma que:

A inclusão é um programa a ser instalado no estabelecimento de ensino em longo prazo. Não corresponde a simples transferência de alunos de uma escola especial para uma escola regular, de um professor especializado para um professor de ensino regular. O programa de inclusão vai impulsionar a escola para uma reorganização. A escola necessitará ser diversificada, o suficiente para que possa maximizar as oportunidades de aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais educativas especiais.

As dificuldades no processo de inclusão escolar formam uma rede de situações que vão influenciando umas às outras, gerando, ao final, novos processos de exclusão dos alunos. Esta rede de situações se origina, pois cada participante, com suas atitudes e pensamentos, vão interferindo no processo educacional, vai cristalizando ideias, reafirmando conceitos e pré-conceitos, que por sua vez, são manifestos de forma subjetiva e/ou concretamente.

Sabemos que a escola hoje enfrenta novos desafios pedagógicos onde os professores por sua vez, precisam estar interagidos com todos os recursos de forma a aprender a gerenciar os espaços inclusivos, integrando de forma aberta, equilibrada e inovadora as atividades diárias. Dessa forma, é necessário compreender a importância da inclusão no processo educacional como fonte de desenvolvimento de habilidades no contexto diário escolar da criança. (SASSAKI, 1999).

A sociedade precisa se reorganizar diante da novidade. E por acreditar que a inclusão não significa apenas colocar um aluno portador de necessidades especiais na sociedade, na escola, mas sim dar-lhe suportes, condições para que se desenvolvam e aprendam como qualquer criança foi esse o motivo de aprofundar esse estudo dentro deste trabalho. (LEITE, 2005, p.102).

O processo de inclusão escolar tem como pressuposto a mobilização da sociedade para um novo olhar frente às diferenças humanas, elegendo-as como um valor a ser assumido por todos, partindo do princípio de que a principal característica do ser humano é a pluralidade, e não a igualdade ou a uniformidade.

Os deficientes intelectuais manifestam atraso mais ou menos intenso em todas

as áreas do desenvolvimento, com maior ou menor ênfase nos distúrbios mentais ou motores. Estes distúrbios estão freqüentemente associados, mas não se manifestam com igual intensidade. Uma criança pode ter problemas motores importantes e deficiência intelectual menos intensa.

A deficiência representa dentro das relações sociais um fato merecedor de aprofundamento contínuo pelas pessoas que estudam o comportamento humano. A sociedade tem dificuldades, ainda hoje, de lidar com os comportamentos diferenciados e com as pessoas que não estão de acordo com o modelo de “normal”. Todas as categorias de indivíduos que não se encontram dentro do parâmetro da normalidade têm ficado à margem da sociedade e principalmente da escola. Em suas palavras Tessaro (2005, p.157), acredita que:

As limitações maiores na deficiência intelectual não estão relacionadas com a deficiência em si, mas com a credibilidade e as oportunidades que são oferecidas às pessoas com esta anomalia. Para a autora, a vida de uma pessoa deficiente passa a girar em torno de sua limitação ou incapacidade, quando as suas potencialidades e aptidões não são levadas em conta.

Quando falamos em inclusão de deficiência intelectual, há necessidade de se criarem mecanismos que permitam, com sucesso, que ele se integre educacional, social e emocionalmente com seus colegas e professores e com os objetos do conhecimento e da cultura. Tarefa complexa, sem dúvida, mas necessária e possível.

Ao tratarmos de adaptações curriculares para atender os alunos com deficiência intelectual, deve-se fazê-la não com intuito de favorecê-lo com atividades que não são da sala de aula da escola regular que ele foi incluído. Estas adaptações deverão ser baseadas no próprio conteúdo que deverá ser ministrado para a turma como um todo. Também deve estar atento às condições deste aluno em gerir a aprendizagem.

A presença de uma criança com deficiência intelectual na escola sem diagnóstico médico costuma ser uma etapa bastante difícil para todos, porque ela envolve profissionais que a maioria delas não tem. Há pais que não concordam que seu filho tem um distúrbio mental e que precisa de um profissional médico para conduzir este acompanhamento.

A realidade demonstra que a maioria das instituições de ensino parece não estar preparada nem estruturada para incluir os alunos com deficiência e dar atendimento adequado a essa nova demanda. Parecem faltar, nos órgãos responsáveis pela educação, ações que transformem em realidade o caráter inclusivo da educação, presente nos textos oficiais.

Contudo, é sabido que muitas escolas têm tentado adequar suas ações, buscando atender a demanda do alunado nelas matriculado. O trabalho tem sido extenuante, dada a falta de estruturas básicas e de recursos humanos com formação adequada que lhes permitam atender a diversidade presente nas salas de aula.

Ao abordar a questão dos saberes necessários para atuar na escola inclusiva, Miranda (2010, p. 62), afirma ser “a incorporação de alunos com deficiência no ensino comum” o maior desafio para o sistema educacional.

No trabalho educacional de pessoas com deficiência intelectual, tornam-se importantes e necessários, além dos conhecimentos sobre o processo de ensino e aprendizagem, o conhecimento das concepções da deficiência e a crença nas possibilidades de aprendizagem do aluno, que é o princípio da ação pedagógica e da definição das estratégias pedagógicas a serem empregadas no processo.

O aluno com deficiência intelectual necessita de uma ação pedagógica adequada às suas necessidades educacionais, para que o sucesso da inclusão se estabeleça em seu favor permitindo-lhe ultrapassar as barreiras impostas pela deficiência.

O trabalho pedagógico na sala de recursos só tem sentido se o professor do ano que o aluno se encontra der continuidade na sala regular. Oliveira (2009, p.74) orienta: “cabe à escola criar condições necessárias para o desenvolvimento do aluno e para a superação de seu próprio limite”.

A educação inclusiva vem evoluindo em nosso país, dessa forma é necessário que a escola, professor e alunos trilhem seus caminhos em direções conjuntas, sendo necessárias mudanças quanto à mediação, planejamento e valores vinculados por toda parte integrante do processo de inclusão e interação.

A aprendizagem deve ser transmitida de modo notável e significativo em valores, dinâmico para que o processo de aprendizagem não se torne uma obrigação, mas, sim, o direito de serem vivenciadas através de objetivos e ações pedagógicas existentes em todo o processo de ensino aprendizagem. (STAINBACK, 1999, p.89).

A Sem dúvida, o papel da escola não é simplesmente formar, mas transmitir aos educandos valores que determinam toda uma concepção de trabalho em equipe, que refletirá no desenvolvimento da cidadania, no entanto, o ensino-aprendizagem deve estar vinculado e não ser independente um do outro. As mudanças necessárias no âmbito da sala de aula, como aquelas no nível administrativo, envolvem o compartilhamento.

Dessa forma, pode-se concluir que o sistema de ensino inclusivo tem como objetivo ofertar aceitação, valorização, acolhimento, respeito e a aprendizagem que favoreça a autonomia dos educandos, partindo desse pressuposto observaram que o principal objetivo da inclusão é apoiar os alunos integrados no sistema de ensino regular.

Em relação a reflexão de Leite (2005) cabe dizer que:

Ao pensarmos sobre a prática educacional e a posição do professor que trabalha com a inclusão na sala de aula, o mesmo está no papel de promissor, sendo o estruturador da mediação, levando a interação para o desenvolvimento de ensino-aprendizagem. Mas é necessário ressaltarmos que o professor necessita do apoio

Conclui-se que, a instituição escolar tem como compromisso estimular o desenvolvimento das crianças portadoras de necessidades especiais, ofertando uma prática pedagógica que favoreça o desenvolvimento do educando, resultando em um processo ajustado a verdadeira ação educativa. Para que ocorra a verdadeira ação educativa é necessário inserir novas mudanças, apoiando o sistema de inclusão.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A incluso de crianças deficientes intelectuais nas escolas regulares é um tema polêmico, mas obrigatório diante de várias legislações que amparam esta causa. Na atualidade, a escola regular pode ser passível de receber alunos com inúmeras deficiências, como a intelectual.

Por ser tratar de uma anomalia que requer um melhor traquejo na sala de aula, escolas e, principalmente, professores estão sempre aflitos quando estes discentes se adentram na unidade escolar.

A educação inclusiva é um tema que, nas últimas décadas, tem ganhado significativo espaço nos debates em torno da construção de uma educação de qualidade e para todos. No entanto, discutir a educação inclusiva implica refletir sobre as políticas públicas educacionais, sobre os modelos construídos para abordarem o fenômeno educativo e sobre as dificuldades e obstáculos que a instituição escolar deve transpor para que, de fato, venha a ser uma escola para todos.

A inclusão exige não só do professor, mas das escolas uma mudança no sentido de se desenvolver com o objetivo de proporcionar um ensino de elevado nível a todos os alunos e o máximo de acesso aos que têm necessidades educacionais especiais. Inclusão não significa, simplesmente, matricular os alunos com necessidades especiais na classe comum, ignorando suas necessidades específicas, mas significa dar ao professor e à escola o suporte necessário à sua ação pedagógica.

Não temos dúvidas de que todos os indivíduos têm direito a uma educação de qualidade. No entanto, a dúvida que mais preocupa é como construir essa escola inclusiva, de qualidade para todos. Sabemos que a educação é o alicerce para o desenvolvimento de qualquer cidadão, e que incluir o aluno com necessidades educacionais especiais, é também, uma forma de respeitá-lo e garantir a possibilidade de seu crescimento.

No entanto, percebemos que as dificuldades existem, não são poucas e ficam bem claras quando se para observar de forma mais crítica. Afinal, colocar o aluno em sala regular e não atender o que realmente ele necessita, não é inclusão.

A educação escolar deveria levar em conta a organização sócio psicológica peculiar dos casos de deficiência; embora as leis gerais do desenvolvimento sejam as mesmas para todas as crianças, sendo que é necessário manter metas educacionais elevadas, promovendo a construção de capacidades, sem ignorar o nível de desenvolvimento já alcançado pelo aluno, com condições que atendam às singularidades ligadas ao tipo de deficiência. Portanto, a inclusão pressupõe de políticas educacionais claras, relações sociais contendo questões teóricas do processo de inclusão amplamente discutidas por estudiosos e pesquisadores da área de Educação Especial.

Quando se refere em inclusão de crianças com necessidades especiais não tem como não citar a preocupações dos pais, professores e estudiosos, considerando que a inclusão só se efetivará se ocorrerem transformações estruturais no sistema educacional, sendo analisada em seus mais diversos aspectos, a fim de garantir de que será a melhor opção para o indivíduo que apresenta necessidades especiais.

Por fim vale mencionar que a proposta deste artigo é compartilhar com colegas e profissionais da área, comunidade escolar e demais interessados em caráter de Comunicação Oral, com a finalidade de debater o assunto e ouvir demais opiniões que possam acrescentar significativamente para o acontecimento da Inclusão.

REFERÊNCIAS

FELTRIN, Antonio Efro. **Inclusão Social na escola: quando a pedagogia se encontra com a diferença**. São Paulo: Paulinas, 2004, p.110-117.

LEITE, L. P. **Inclusão: abrindo as janelas para o futuro da sociedade**. São Paulo: Atlas, 2005, p. 110.

MAGALHÃES, R. de C.B.P.; LAGE, A.M.V. (Orgs.) **Reflexões sobre a diferença: uma introdução à educação especial**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003, p.08-15.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Compreendendo a deficiência mental novos caminhos educacionais**, São Paulo: Scipione. 2008.

MEYRELLES, Denise de Jesus et. Al. **Inclusão Práticas Pedagógicas e Trajetórias de Pesquisa**. Porto Alegre, Mediação. 2009.

MIRANDA, C.R.S. **A Educação inclusiva e a escola: saberes construídos**. São Paulo: Fontes, 2010.

OLIVEIRA, A. A. S. **Estratégias para o ensino inclusivo na área de deficiência intelectual: alguns apontamentos. Políticas públicas de formação de recursos humanos em educação especial**. Londrina: ABPEE, 2009.

ROSSETO, M. C. **Falar de inclusão. Falar de que sujeitos?** In: LEBEDEFF, T. B. PEREIRA, I. L. e

S. Educação especial - olhares interdisciplinares. Passo Fundo: UPF Editora, 2005. p. 41-55.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 3 ed. Rio de Janeiro. WVA 1999.

STAINBACK, Susan. **Inclusão – Um guia para educadores**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999, p.89-91.

TESSARO, Nilza Sanches. **Inclusão Escolar: concepções de professores e alunos da educação regular e especial**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

ÍNDICE REMISSIVO

A

A inclusão escolar 1, 11, 16, 17, 32, 34, 35, 36, 39, 48, 50, 64, 68, 116, 117, 147, 148, 234, 235, 245
Altas habilidades/superdotação 89, 90, 132, 134, 135, 136, 138, 139, 141
Ambiente de escolarização 189
Aprendizados 169, 178, 179, 181, 186
Artes 23, 102, 132, 134, 258, 260, 261, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 279, 285, 291
Atendimento educacional especializado 10, 41, 53, 74, 75, 76, 78, 85, 86, 87, 89, 90, 91, 93, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 102, 103, 104, 106, 107, 112, 119, 121, 131, 147, 151, 201, 203, 204, 209, 210, 224, 229, 233
Atendimento pedagógico domiciliar 119, 120, 130, 131
Autismo 53, 55, 56, 57, 59, 60, 63, 64, 80, 153, 207
Avaliação 77, 85, 93, 95, 99, 102, 103, 123, 132, 134, 135, 136, 137, 139, 140, 143, 147, 148, 152, 153, 160, 173, 204, 233

C

Comunidades quilombola 220, 225, 231
Corpo 4, 39, 81, 85, 133, 139, 161, 164, 167, 175, 204, 217, 265, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 295, 296, 297, 298, 299

D

Deficiência intelectual 11, 15, 17, 19, 20, 22, 64, 73, 153, 154, 207, 226, 233, 236
Deficiência visual 1, 2, 3, 4, 6, 9, 10, 88, 91, 232, 238, 242
Desenho universal 53, 54, 55, 57, 58, 60, 63, 146, 147, 148

E

Educação ambiental 149, 150, 151, 152, 158, 159
Educação decolonial 211, 212
Educação no brasil 24, 25
Educação sexual 47, 163, 168, 246, 247, 276, 278, 296, 298, 300
Ensino fundamental 11, 15, 26, 77, 108, 109, 115, 116, 142, 148, 178, 184, 195, 211, 221, 232, 236, 297
Escola do campo 169, 172, 177
Escolarização 47, 59, 130, 140, 141, 147, 175, 177, 189, 192, 199, 220, 221, 223, 228, 229, 232
Étnico-racial 117, 160, 168
Exclusão 1, 18, 24, 29, 33, 34, 37, 39, 42, 43, 44, 45, 46, 49, 50, 67, 78, 79, 82, 110, 111, 112, 113, 114, 116, 117, 174, 175, 191, 231, 247, 276

G

Gênero 32, 33, 34, 39, 42, 43, 44, 47, 48, 50, 115, 160, 161, 163, 164, 165, 166, 168, 175, 190, 250, 270, 276, 277, 278, 279, 283, 284, 287, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299

Gestão escolar 108, 109, 110, 114, 116, 140

Gestores 17, 111, 116, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 220, 231

H

Humanística 160

I

Identidades 7, 26, 53, 57, 61, 62, 71, 168, 288, 294, 297, 298, 299

Inclusão de surdos 105, 258, 261

Inclusão escolar 1, 11, 15, 16, 17, 18, 22, 23, 32, 34, 35, 36, 37, 39, 41, 48, 49, 50, 64, 65, 66, 67, 68, 70, 76, 94, 95, 116, 117, 128, 135, 140, 142, 143, 147, 148, 184, 187, 188, 190, 194, 200, 209, 220, 221, 225, 232, 233, 234, 235, 245

Inclusão social 4, 22, 37, 60, 108, 109, 110, 116, 129, 148, 149, 151, 174, 175, 200, 225

Institucionalização 25, 114, 118, 201, 204, 206, 207, 208, 210, 251

L

Libras 96, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 106, 244, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275

Linguística 101, 106, 244, 260, 261, 262, 263, 265, 266, 267, 271, 275

M

Mediador escolar 1, 6, 7

N

Necessidades especiais 13, 14, 16, 18, 21, 22, 71, 72, 116, 149, 150, 151, 152, 153, 158, 185, 191, 236, 246

Nome social 32, 34, 48, 50, 51, 52

P

Pae 140, 141, 142, 146, 147

Pertencimento 27, 54, 57, 61, 189, 199, 216

Política 6, 7, 9, 25, 28, 36, 37, 45, 46, 48, 50, 73, 75, 76, 78, 85, 89, 93, 95, 97, 98, 105, 106, 110, 113, 114, 116, 117, 118, 119, 121, 129, 130, 187, 191, 199, 200, 203, 204, 208, 209, 210, 218, 225, 229, 231, 232, 246, 261, 266, 271, 275, 288, 297

Processo de brincar 1, 8

Psicologia escolar 52, 169, 170, 171, 172, 177, 189, 194, 195, 199, 200

Psicologia histórico-cultural 65, 66, 67, 68, 70, 72, 73, 169, 177

R

Rede de ensino básico 87

S

Sexualidade 39, 47, 51, 239, 240, 241, 247, 276, 277, 278, 279, 280, 283, 287, 288, 289, 292, 295, 296, 297, 298, 299, 300

Superior 13, 26, 29, 30, 73, 87, 89, 90, 91, 92, 93, 111, 115, 134, 137, 138, 161, 162, 163, 164, 202, 208, 209, 218, 242, 259, 262, 270, 275, 280, 292

T

Técnico e tecnológico 87

Tecnologias assistivas 9, 53, 54, 92, 220, 221, 222, 225, 226, 227, 228, 230, 231, 233

Transexuais 32, 34, 37, 50, 51, 52

Travestis 32, 34, 37, 50, 51, 52

U

Universidade 1, 11, 24, 31, 65, 73, 95, 108, 117, 118, 119, 132, 136, 139, 140, 149, 151, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 160, 161, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 177, 183, 189, 200, 220, 222, 232, 233, 234, 246, 247, 248, 258, 259, 261, 262, 263, 270, 275, 296, 300

 **Atena**
Editora

2 0 2 0